



DEIXAR VIVER, DEIXAR MORRER: BIOPODER E NECROPOLÍTICA EM TEMPOS DE PANDEMIA

SARA DA SILVA FREITAS¹ E TÁBATA BERG²

Este artigo propõe debater as crises de saúde pública, econômica e social, tendo como referencial teórico os filósofos Michel Foucault e Achille Mbembe através de seus conceitos de biopoder e necropolítica. Temos por objetivo rascunhar algumas possibilidades interpretativas refletindo a crise do coronavírus enquanto um constructo político-social que não apenas desnuda, mas radicaliza as facetas mais estruturais do exercício do poder de deixar viver e deixar morrer intrínseco ao sistema metabólico do capital e à sua forma neoliberal globalizada.

Palavras-chave: Biopoder. Necropolítica. Sistema capitalista. Neoliberalismo. Pandemia Covid-19.

Let live, let die: biopower and necropolitics in times of pandemic

Abstract: This article proposes to debate the public health, economic and social crises, having as theoretical reference the philosopher Michel Foucault and Achille Mbembe through their concepts of biopower and necropolitics. Our goal is to draft some interpretative possibilities reflecting the coronavirus crisis as a political-social construct that not only strips away but radicalizes the more structural facets of the exercise of the power to let live and die intrinsic to the metabolic system of capital and its globalized neoliberal form.

Keywords: Biopower. Necropolitics. Capitalist system. Neoliberalism. Pandemic Covid-19.

¹ Doutora em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Pós-doutoranda em Ciências Políticas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), e pesquisadora do Núcleo de Estudos em Política, Estado e Capitalismo na América Latina – NEPEC /UFRGS. E-mail: sarafs77@yahoo.com.br

² Doutora pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia (IFCH/UNICAMP), professora do Departamento de Ciências Sociais (DSC/UFV), e pesquisadora integrante do Grupo de Pesquisa Mundo do Trabalho e suas Metamorfoses (IFCH/UNICAMP).

Com o avanço do capitalismo, foram criados os instrumentos de deixar viver e de fazer morrer: quando o indivíduo para de produzir, passa a ser despesa. Ou você produz as condições para se manter vivo ou

produz as condições para morrer. [...] pode deixar morrer os que integram os grupos de risco. Não é ato falho de quem fala; a pessoa não é doida, é lúcida, sabe o que está falando.

O amanhã não está à venda, Ailton Krenak

A abadia havia sido amplamente abastecida. [...] O mundo lá fora que cuidasse de si mesmo. Naquele momento, era tolice sofrer por ele ou se angustiar.

CORONAVÍRUS: CONSTRUCTO POLÍTICO-SOCIAL

Ailton Krenak, líder indígena, em seu *O amanhã não está à venda* lançado neste abril, nos chama a atenção à imbricação entre biopoder e necropolítica no enfrentamento da pandemia; reforçando que essas já pautavam as políticas destinadas aos povos indígenas, quilombolas e a todos aqueles que estão à margem da categoria plena de humanidade. Tomando-lhe por empréstimo a inspiração e em diálogo com algumas autoras e autores que têm mitigado o debate, temos por objetivo rascunhar algumas possibilidades interpretativas a partir da questão: quais as facetas mais estruturais do exercício do poder de deixar viver e deixar morrer, intrínseco ao metabolismo social do capital e seu neoliberalismo vigente, a crise do coronavírus enquanto um constructo político-social desnuda? Para tanto, propomos debater as crises de saúde pública, econômica e social concatenadas a partir da pandemia da covid-19 à luz da arqueologia do biopoder desenvolvida por Michael Foucault e da necropolítica de Achille Mbembe.

Ao evocarmos a pandemia enquanto constructo social³, estamos por um lado evidenciando que não se trata de um acidente biológico aleatório, mas, tal como aponta Ricardo Antunes em *Coronavírus: o trabalho sob fogo cruzado*, de uma *criatura* desse sistema:

[...] a pandemia é o enfeixamento de um sistema que é *letal* em relação ao *trabalho*, *natureza*, à “*liberdade substantiva*” entre os *gêneros*, *raças*, *etnias*, à *plena liberdade sexual*, dentre tantas outras dimensões do ser em busca de sua autoemancipação humana e social. (ANTUNES, 2020).

A pandemia é um desdobramento geneticamente forjado no metabolismo antissocial do capital cujo neoliberalismo globalizado é o agente catalizador de suas potências mais devastadoras (ANTUNES, 2020). Portanto, ela põe em evidência suas estruturas e contradições mais fundamentais.

Por outro lado, as formas distintas das organizações societais fazer-lhe frente, bem como às crises que lhe são inerentes, participam ativamente da construção deste fenômeno social; tanto questionando suas bases estruturais, quanto alimentando sua destrutividade, como é o caso das políticas negacionistas neoliberais levadas a cabo pelos E.U.A e pelo Brasil.

AS GÊNESES DO NEOLIBERALISMO: BIOPODER E BIOPOLÍTICA

A maneira de governar com base no neoliberalismo tem impactado mudanças no rumo da política, e sua gradativa substituição pelo modelo econômico cujo mercado e seu pesado lobby no Estado definem as políticas sociais, por conseguinte, as políticas públicas. Deste modo a pandemia causada pela COVID-19 tem suscitado inúmeras questões, dentre elas a ênfase na questão econômica em detrimento ao humanitarismo, conferindo centralidade ao debate contemporâneo sobre o poder de deixar viver e deixar morrer.

As reflexões de Foucault estão, em certa medida, centradas na órbita do poder, em especial nos poderes soberano e disciplinar. O primeiro se referindo a uma figuração de legitimidade monárquica, encarnada no exercício da vontade do soberano, que decide quem vive e quem morre.

A modernidade crítica a este modelo do poder soberano teria construído um outro tipo: um poder privado de centro palpável e disseminado em todos os espaços, e operando de várias maneiras. Por ser impessoal, não sendo diretamente exercido em nome de alguém ou alguma coisa, um poder com estrutura que submete tudo e a todos, como demonstraram seus estudos sobre os hospitais, as prisões etc. A isto Foucault chamou de poder disciplinar ou de administração dos corpos; que passará a ser fundamental, quando associado aos mecanismos de controle da população, daí a constituição do biopoder em Foucault.

Todavia a arqueologia do poder desenvolvida por esse autor, a despeito de sua argumentação explícita, é transpassada implicitamente por um núcleo, bem que impessoal, uma presença ausente que organiza e se alimenta do microcosmo do poder: o sistema metabólico do capital, nomeação nossa, não de Foucault.

Assim, biopoder é, segundo o autor, a tecnologia que se orienta para a multiplicidade humana a partir de seus processos coletivos inerentes à vida e à morte, inserindo-os e manipulando-os nos cálculos do poder. Além do mais, esse mecanismo interessa a Foucault pela sua capacidade individualizadora: “o indivíduo, parece-me, não é mais que o efeito do poder, na medida em que o poder é um procedimento de individualização”⁴. Em uma das aulas publicadas em *Em defesa da sociedade* (1976), ele ressalta:

[...] depois de uma primeira tomada de poder sobre o corpo que se fez consoante o modo da individualização [pelo poder disciplinar], temos uma segunda tomada de poder que, por sua vez, não é individualizante, mas que é massificante [trata-se do biopoder] [...] que se faz não na direção do homem-corpo, mas do homem-espécie. Depois da anátomo-política do corpo humano, instaurada do corpo humano instaurada no decorrer do século XVIII, vemos aparecer, no fim do mesmo século, algo que eu chamaria de uma ‘biopolítica’ da espécie humana. (FOUCAULT, 2000, p. 289).

É a razão do indivíduo, na razão governamental – e não na razão do Estado – que devemos ler em seu trabalho o *Naissance de la biopolitique* (1979). Nesta obra, Foucault retrata o desenvolvimento e as consequências da arte neoliberal de governar. Interessa-lhe em específico o liberalismo e o surgimento do neoliberalismo, bem como as formas cujo seu desenvolvimento se deu na Alemanha, França e Estados Unidos.

Foucault busca conhecer a racionalização que o governo faz de si mesmo, ou ainda, o estabelecimento de suas práticas – objetos, regras, como governar da melhor maneira. O seu livro indica o nascimento da biopolítica; assunto que não é abordado em si, mas suas condições e possibilidades, pois, seu arquétipo é a própria racionalidade liberal, e, a posteriori, neoliberal.

A vertente discutida pelo autor sobre o neoliberalismo é aquela na qual todo ser humano se vê transformado em capital, capital humano, mais capital. E este capital consistiria naqueles elementos que são inatos, ou seja, hereditários. Excluindo e marginalizando, portanto, raças, etnias, gêneros e portadores de necessidades especiais – a esses, a necropolítica:

A partir do momento em que podemos determinar quais são os ‘indivíduos’ com ‘riscos’, e quais são os riscos para que a união de indivíduos com risco produza um indivíduo que terá ele mesmo tal ou tais características quanto ao risco de que será portador, podemos perfeitamente imaginar isso: é que os bons equipamentos genéticos – Isto é, os que poderão produzir indivíduos de ‘risco’ baixo ou cuja taxa de

nível de risco não será prejudicial seja para eles, seja para sua vizinhança, seja para a sociedade –, estes bons equipamentos genéticos, vão se tornar com certeza em algo raro, e na medida em que isso será algo raro, isto pode perfeitamente entrar, é completamente normal que entre, no interior dos circuitos dos cálculos econômicos. (FOUCAULT, 2004, p. 234, Tradução Livre).

Soma-se a *essa seleção da origem*, a educação, carinho, cuidados médicos dados à criança. Esses são recursos usados no neoliberalismo para formar e aperfeiçoar essa *espécie de competência-máquina*, que irá participar da produção de valor; da ampliação do capital. Essa *competência-máquina* vai ser constituída pelo tempo dispendido, pelos gastos em educação e atividades físicas, pelo carinho, “investimentos” demandados às famílias. Seus ganhos seriam psíquicos, diriam os liberais.

O interesse em analisar-se essa teoria do capital humano reside em que a economia política clássica, que sempre apontou que a produção dos bens dependia de três fatores (terra, capital, trabalho), com o desenvolvimento da genética, vê-se aplicado à análise econômica, uma área que, até então, podia ser considerada como não econômica. Bem que a eugenia, ainda não geneticista, participou dos primórdios da formação social do capital e, desse modo, da gênese epistemológica da Economia Política.

É só pensarmos hoje como se comportam as grandes empresas da indústria farmacêutica ou as inúmeras condições impostas pelos planos de saúde. Isto nos remonta a pensar o Brasil presente, pois o governo nega-se a seguir as normas da Organização Mundial de Saúde (OMS) no que se refere à pandemia, tratando-a como uma gripezinha. Temos a ascensão explícita do discurso que legitima e que busca eliminar os, pretensamente, mais fracos e garantir a sobrevivência dos mais fortes. Aquele que resiste “à gripezinha” vai viver. Isto demonstra que a prática eugênica compõe o cálculo neoliberal: “A economia não é mais a análise da lógica histórica de processo, é a análise da racionalidade interna, da programação estratégica da atividade dos indivíduos.” (FOUCAULT, 2004, p. 229. Tradução Livre).

É contra a política resultante dos pactos da guerra, acordada pela Europa, bem como a política keynesiana, que prevê um Estado de bem-estar social, que o pensamento neoliberal se forma e se desenvolve (FOUCAULT, 2004). O que está em jogo nessas análises é a inversão, sobrepondo a economia às necessidades sociais.

E seu problema consiste em como regular as regras do exercício global do poder político sobre os princípios de uma economia de mercado, ou seja, de relacionar e projetar uma arte geral de governar sobre os princípios formais de uma economia de mercado. Não se trata aqui do “laissez-faire, [...] O neoliberalismo não vai se mudar sob o signo do deixar-fazer, mas ao contrário, sob o signo de uma vigilância, de uma atividade, de uma intervenção permanente.” (FOUCAULT, 2004, p. 137, Tradução Livre). Entra em cena a teoria da concorrência pura, esta não aparece mais como um dado primitivo e natural, consistindo num jogo formal entre desiguais, mas consiste numa estrutura capaz de regular a economia pelo mecanismo dos preços – ancorada na produção de valor⁵.

Nesse sentido, a política liberal tem como missão organizar o espaço real dentro do qual a estrutura formal da concorrência vai atuar. É preciso governar, mas governar para o mercado. Opera-se nesse sentido um deslocamento dos princípios da economia das trocas para a concorrência.

Sob o regime liberal é o mercado que passa a revelar a verdade. Aquilo que Foucault havia denominado de verdade, que se instaurava por meios dos dispositivos de saber-poder, capazes de inserir na realidade algo que em si não existe – loucura, sexualidade, delinquência –, passaria a existir como efeito das práticas e dos saberes. Só que no regime liberal é o mercado quem opera: o processo de valorização, conforme as suas leis inerentes, proporcionará o parâmetro para analisar se as práticas governamentais vigentes são corretas ou não.

Na mesma linha de Michel Foucault, ao se debruçar sobre mercado e o modo neoliberal de governar, podemos pensar nas contribuições de Karl Polanyi e seu livro *A grande*

Transformação (1944). Neste estudo, o autor tem como um dos principais argumentos aquilo que ele denomina de duplo movimento, cuja dinâmica da sociedade era a expansão contínua do mercado, ao mesmo tempo em que essa expansão era enfrentada por um contramovimento vital para a defesa e a proteção sociais. Sendo, segundo o autor, esse contramovimento incompatível com o mercado autorregulável e com o próprio sistema de mercado.

Esse duplo movimento pode ser entendido como a ação de dois princípios organizadores da sociedade. O primeiro seria o princípio do liberalismo econômico, que tinha como meta estabelecer um mercado autorregulável e o livre comércio. O outro foi o princípio da proteção social, que dependia do apoio daqueles que eram afetados pela ação do mercado. É a partir desses dois ângulos que ele busca compreender a história social do século XIX.

Assim, como também abordou Foucault, Polanyi (2000) vai discorrer que trabalho, terra e dinheiro eram elementos essenciais para a indústria e, portanto, passaram a ser organizados em mercados. Estes mercados formaram uma parcela vital do sistema econômico. Contudo, trabalho, terra e dinheiro não eram mercadorias. Uma vez que, segundo o postulado da Economia política sobre o qual Polanyi se debruça, tudo o que é comprado e vendido tem que ser enfaticamente produzido para a venda, o que se torna irreal para esses exemplos citados pelo autor. Portanto, eles não deveriam ser classificados como mercadorias:

Trabalho é apenas um outro nome para as atividades humanas que acompanham a própria vida, que por sua vez, não é produzida pela venda, mas por razões inteiramente diversas, e essa atividade não pode ser destacada do resto da vida, não pode ser armazenada ou mobilizada. Terra é apenas outro nome para a natureza, que não é produzida pelo homem. Finalmente, o dinheiro é apenas um símbolo de poder de compra e como regra, ele não é produzido, mas adquire vida através do mecanismo dos bancos e das finanças estatais. Nenhum deles é produzido para a venda. A descrição do trabalho, da terra e do dinheiro como mercadoria é inteiramente fictícia. (POLANYI, 2000, p. 94).

Se a autorregulação significa que toda produção deveria ser vendida no mercado, por consequência, haveria mercado para todos os componentes. No caso pensando por Polanyi, a indústria.

Os questionamentos levantados pelo autor, que reivindicou em sua análise a autoproteção à sociedade, tornam-se ainda mais pujantes quando a mercadorização avança sobre essa e seus bens comuns, transformando-as em mercadorias regidas pelas leis do mercado. Logo, a contradição se radicaliza. Autoproteção social é incompatível com o mercado autorregulável e com o próprio sistema de mercado. Como ficam, portanto, as lutas por proteção social quando a sociedade e suas necessidades vitais passam a ser amplamente regidas pelo mercado? Para o autor, é na crise que surge a solidariedade capaz de fazer-lhe enfrentamento.

Questões como estas, da proteção social, do indivíduo e, por conseguinte, da sociedade estão no cerne do debate mundial, visto que o mundo foi (governos e a sociedade) surpreendido por uma pandemia de um vírus para o qual ainda não há vacina ou tratamento. A surpresa pode vir de parcela da sociedade, mas cientistas já apontavam para crises provocadas por pandemias em futuro próximo, decorrentes do modelo de exploração dos recursos naturais e expropriação social. Caberia ao Estado as medidas de prevenção.

Contudo, o Estado, ao que parece, frente às necessidades do metabolismo antissocial do capital e de sua forma neoliberal, vinha atuando mais em fazer o capital financeiro render, não dando a atenção devida aos alertas dos pesquisadores. E agora, o que faz o Estado, tendo no mundo a pandemia se instaurado?

A resposta não nos parece simples e unívoca. Estados onde valores do *Welfare State* se consolidaram, mesmo tendo direitos solapados nas últimas décadas, têm investido em políticas

de proteção, seja através do isolamento social, seja testando amplamente a população, de modo a mapear o contágio. Assim é o caso de vários países do continente Europeu.

Há também governos como o do Reino Unido, que tem uma relação dupla, cidadania e mercado, bem nos dizeres liberais, visto que o conceito de cidadania é liberal. Justamente por essa relação com o mercado, dividido por esses “afagos” do sistema Capitalista, o primeiro-ministro Boris Johnson demorou a dar respostas humanitárias de combate ao coronavírus. Cabe ainda destacar que este primeiro-ministro foi contaminado pelo coronavírus. Ainda assim, o Reino Unido garantiu 80% dos salários para os trabalhadores com vínculo empregatício. Note, a verba irá direto para as empresas, para que estas não demitam os profissionais. O Estado assumiu 80% da folha de pagamento. Na pátria do defensor da mão invisível do mercado, de sua autorregulação, o que se tem visto, contudo, na prática cotidiana, é que o mercado precisa e demanda enormemente da mão grande do Estado, tal como apontavam Foucault e Polanyi.

O mercado tem-se mostrado ineficaz em lidar com a situação e tem precisado amplamente da intervenção do Estado para que a Economia possa sobreviver ao vírus. Paralelo a isto, um contingente enorme de pessoas, neste momento de incertezas, necessita de um Estado Social. Nesse sentido, o cenário colocou abaixo a ideia de um Estado mínimo, de um mercado autorregulável.

No caso brasileiro, onde se construiu um tipo de neoliberalismo primitivo, o Estado aparece também de modo dual; em versão farsante. Principalmente porque seu governante trata o assunto como uma “gripezinha”. Além de defender o fim do isolamento social, com um eterno discurso de campanha eleitoral, o presidente demitiu seu ministro da saúde; e o substituto, em menos de um mês, pediu desligamento por não concordar com o método e gerenciamento da crise sanitária que defende o atual presidente. Como defensor ferrenho do mercado, vem pedindo que as pessoas voltem a trabalhar, indo na contramão dos demais países no mundo.

A vida e o capital estão em um embate que disputa segmentos da sociedade. A vida jogada no jogo do biopoder e da necropolítica nunca se fez tão presente no Brasil. Há uma disputa entre a vida e o lucro que coloca em risco inúmeros grupos sociais. Vale ressaltar que a chamada renda mínima, ou como a mídia resolveu chamar de *coronavoucher*, não conseguirá alcançar a todos, visto que há um contingente significativo de pessoas que, no Brasil, já habitam a necropolítica. São apátridas da cidadania e da condição humana plena, pois muitos não possuem sequer a documentação necessária para requerer o auxílio.

No Brasil, a renda básica das trabalhadoras e trabalhadores informais encontra-se em uma zona cinzenta, um limiar entre a vida e a morte, a vida e o lucro, a vida e a condição de funcionamento do sistema da Saúde, da vida e do sistema político que não consegue destravar e fazer o mínimo de ação em prol da coletividade. Contudo este Estado que condena amplos contingentes humanos à descartabilidade anunciou um pacote de cerca de 1,2 trilhão de reais para os Bancos – tal valor é dez vez maior do que fora liberado na crise de 2008⁶.

BIOPODER COMO NECROPOLÍTICA EM TEMPOS PANDÊMICOS

A doença surge como um fenômeno privilegiado de controle e submissão, não mais de corpos individuais, tal qual acontece na tecnologia disciplinar⁷, mas de amplos grupos sociais. Dividindo-os e hierarquizando-os, numa seleção prévia, que estabelece quem vai integrar em segurança às abadias abastecidas e aqueles a serem lançados à própria sorte: *privados da solidariedade e da compaixão de seus semelhantes*.

A pandemia da covid-19 é, nesse sentido, um momento sem precedentes – seja nas pestes que marcaram a acumulação primitiva ou na gripe espanhola do século passado. Nela, o biopoder encontra universalidade e profundidade destrutivas que o neoliberalismo globalizado torna ainda mais dramáticas – e tão maior quanto mais despóticas sejam suas conformações nacionais.

Achille Mbembe esmiúça a identidade ontogenética entre política e morte no desenvolvimento e teorização da modernidade, demonstrando a falácia das oposições entre política e guerra, pacto social e Estado de exceção. A política é, logo, “o trabalho da morte” (MBEMBE, 2016, p. 128), a necropolítica. Sendo a diferenciação biológica das populações – a “obstinação colonial em dividir, classificar, hierarquizar e diferenciar” (MBEMBE, 2018, p. 31) – a forma, por excelência, de seu exercício.

O autor demonstra como a escravidão, com sua necessária fabulação do negro⁸, e a colonização foram experimentações duradouras basilares da necropolítica, tanto em sua dimensão disciplinar quanto na dimensão do biopoder:

[...] no contexto da colonização, figura-se a natureza humana do escravo como uma sombra personificada. De fato, a condição de escravo resulta de uma tripla perda: perda de um “lar”, perda de direitos sobre seu corpo e perda de *status* político. Essa perda tripla equivale à dominação absoluta, alienação ao nascer e morte social (expulsão da humanidade de modo geral). (MBEMBE, 2016, p. 131).

Mbembe ressalta que a necropolítica articula-se, ao longo da história, através de três principais frentes: racismo, assassinato e suicídio. Podemos encontrá-las na pandemia que nos assola?

A alta letalidade da SARS2- CoV2 entre os idosos e os modos de enfrentamento político-sanitários escancaram uma contradição fundamental do sistema metabólico do capital: o caráter descartável das populações não produtoras. Não estando mais apto a produzir, a morte de um amplo contingente de mulheres e homens idosos é naturalizada.

Segundo Abdias Nascimento (2016)⁹, essa política de extermínio foi amplamente empregada pela escravidão. Mulheres e homens escravizados quando não aguentavam mais trabalhar recebiam sua alforria e eram deixados abandonados para morrerem sem qualquer encargo àqueles que expropriaram sua vida produtiva. Contemporaneamente, as políticas neoliberais de austeridade, cujas reformas da previdência são, por excelência, expressões, cumprem de modo silencioso essa função de biopoder.

Em entrevista recente à Folha de São Paulo sobre a situação em que o coronavírus nos coloca, Achille Mbembe afirma:

Essa é a lógica do sacrifício que sempre esteve no coração do neoliberalismo, que deveríamos chamar de necroliberalismo. Esse sistema sempre operou com um aparato de cálculo. A ideia de que alguém vale mais do que os outros. Quem não tem valor pode ser descartado. A questão é o que fazer com aqueles que decidimos não ter valor. Essa pergunta, é claro, sempre afeta as mesmas raças, as mesmas classes sociais e os mesmos gêneros. (MBEMBE, 2020).

Conforme a pandemia avança sobre países com desigualdades abissais, forjadas pela expropriação colonial, a seletividade do vírus vai se metamorfoseando e cada vez mais adquirindo os traços sociais da necropolítica que perpassa o metabolismo antissocial do capital – da acumulação primitiva ao neoliberalismo vigente. A Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO) publicou um artigo¹⁰ para alertar sobre a vulnerabilidade diante da pandemia de grupos sociais vítimas de desigualdades raciais e sociais históricas:

As doenças não são entidades democráticas. Pelo contrário, elas têm incidências determinadas pela renda, pela idade, pelo gênero e pela raça. Diante da pandemia provocada pelo coronavírus (SARS2- CoV2), diversos segmentos da sociedade estão mais expostos e são identificados como grupos de risco, por conta de comorbidades específicas. A população negra, em sua diversidade, também é um dos grupos de risco, obviamente com gradações internas, variando tanto por comorbidades que atingem negras e negros em maior

número, caso da hipertensão e da diabetes e, principalmente, a anemia falciforme, ou mesmo pela letalidade social, motivada por questões históricas, políticas e sociais estruturantes de nossa sociedade. (MARTINS, 2020).

As comorbidades que agravam a Sars2 estão diretamente ligadas ao acesso histórico desigual à alimentação com qualidade nutricional e à qualidade de vida num sentido amplo. É importante lembrar que a colonização com suas formas de exploração devastadoras, por um lado, destroçou a cultura alimentar dos povos originários, e por outro, a monocultura dominante limitou o cultivo diversificado para fins de subsistência. Nesse contexto, populações escravizadas, bem como aquelas que permaneciam à margem da produção escravista, a despeito das inventividades de suas culturas alimentares, foram bastante afetadas pela prevalência de uma alimentação pobre em nutrientes (FREYRE, 2005; CASCUDO, 2004). Essas raízes históricas foram agravadas pelo *modos operandi* do mercado alimentício no neoliberalismo, cujos alimentos industrializados, com altos níveis de açúcar, sal e gordura, são produzidos e comercializados em escala global, a “baixos custos” – favorecidos pelo desmonte mundializado das leis protetivas do trabalho –, compondo amplamente a dieta das populações empobrecidas.

Podemos perceber o desdobramento dessa seletividade ao olharmos alguns dados, ainda parciais, que passam a ser disponibilizados, seja das mortes provocadas diretamente pela covid-19, seja por aquelas que se multiplicam diante dos desdobramentos sociais provocados pela pandemia.

Na cidade de Chicago, por exemplo, segundo artigo da BBC, a despeito da população negra corresponder a 30% da população total, 70% dos mortos pela covid-19 eram negros. A desproporcionalidade entre o número de mortes e a representação racial populacional, aponta o artigo, é encontrada em todo o estado de Illinois, e também nos estados de Michigan, Wisconsin, Louisiana¹¹. Vale ressaltar que hoje, meados de maio de 2020, os E.UA. são o epicentro da pandemia, respondendo por cerca de ¼ das mortes no mundo. O racismo já é a marca mais evidente nesse novo avanço territorial do vírus.

O encarceramento em massa existente nos EUA é outra dimensão da necropolítica que se acirra com a pandemia. Foucault já apontava às prisões modernas como a consumação do poder disciplinador¹², incubadoras para o desenvolvimento das técnicas do biopoder enquanto política de Estado. O país possui o maior aparato carcerário do mundo, e a população carcerária é uma das mais expostas e frágeis à contaminação pelo novo coronavírus. Dados do projeto *Behind Bars* (2020) da UCLA (*University of California, Los Angeles*) do mês de maio apontam para quase 30 mil novos casos de contaminação por covid-19 no sistema penitenciário americano.

Angela Davis em debate com Naomi Klein para *The rising majority* (DAVIS; KLEIN, 2020) alerta para o fato de como a política de encarceramento combinada com a pandemia podem condenar à pena de morte um contingente expressivo, num sistema onde homens negros são encarcerados seis vezes mais que homens brancos¹³. No Brasil, que ocupa a terceira posição mundial no ranking do encarceramento, as péssimas condições sanitárias, a superlotação das prisões e o alto índice de comorbidades entre homens e mulheres encarceradas preludiam um massacre.

Davis aponta para a potencialidade transformadora de se enfrentar o problema carcerário neste cenário pandêmico: “A grande lição disso tudo é que o desencarceramento precisa acontecer. Desencarceramento é uma importante estratégia abolicionista. E isso precisa acontecer não apenas pelo bem daqueles que estão atrás das grades, mas pela saúde de todos.” (DAVIS; KLEIN, 2020). No mesmo sentido, organizações sociais no Brasil¹⁴ têm estado na linha de frente da luta pelo desencarceramento, ainda mais urgente nesse contexto.

No caso dos povos indígenas no Brasil e América Latina, a situação é ainda mais desesperadora, com a possibilidade efetiva de dizimação de diversas etnias que vinham resistindo ao longo de 500 anos de expropriação, massacre e pestilência imposta. O vírus avança rapidamente sobre diferentes povos, na cidade e nas aldeias, matando suas lideranças. Diferente da lógica instrumental do capital, para cuja mercadoria é nosso *Deus ex machina maxime* que descarta aqueles que não são mais produtores, para o metabolismo social das comunidades

indígenas, sua ontologia cósmica e integralista (KOPENAWA; ALBERT, 2015), os mais velhos são guardiões da tradição, líderes, inclusive na luta frente ao mundo dos brancos.

No Amazonas, onde o sistema de saúde colapsou, embora 25% de sua população seja composta de brancos, 95% dos óbitos pela covid-19 ocorre entre pardos, pretos e indígenas. A revista *Amazônia Real* traz a voz da professora Altaci Rubim, do povo Kokama: “Observamos que seria difícil conseguirmos evitar mortes dos nossos anciões, que estão indo muito rápido, sobretudo quem tem mais de 70 anos. A morte está vindo muito mais rápido em meu povo”¹⁵.

Enquanto isso, segundo dados do boletim epidemiológico da semana 19, do Ministério da Saúde¹⁶, não obstante a população negra corresponda há 43,1% das internações pela covid-19, ela já responde por 50,1 dos óbitos. Essa discrepância entre internações e mortes indica a maior letalidade do vírus para a população negra e expressa também um acesso desigual entre brancos e negros aos serviços de saúde, especialmente àqueles de maior complexidade, como acesso às UTI's.

Os genocídios de classe, étnico e racial acelerados no Brasil e no mundo pela covid-19 evidenciam a necropolítica em curso.

À escravidão e à colonização, pensadas por Mbembe como protótipos da necropolítica, acrescentamos, ainda, a caça às bruxas enquanto combinação entre biopolítica e necropolítica direcionada às mulheres nos séculos XVI e XVII, tal como desenvolveu Silvia Federice (2004) em *Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. É a partir da política de genocídio das mulheres que a biopolítica dos processos de nascimento e cuidados da saúde se estrutura. Até então, principais portadoras dos saberes que se destinavam à recepção e ao cuidado da vida, esses lhes são depostos. O nascimento e morte, bem como os cuidados com a saúde, passam a integrar políticas de Estado, para cuja medicina ascende enquanto detentora legítima do monopólio da produção e aplicação do (bio)saber.

No entanto as mulheres permaneçam à frente, bem que inseridas subalternamente, das mais diversas formas de cuidado; do trabalho doméstico às enfermarias dos hospitais. Durante a pandemia, elas são maioria em diversas atividades essenciais: telemarketing e limpeza – atividades amplamente terceirizadas –, atendentes de supermercados, entre outras. Na área da saúde, representam cerca de 70% das trabalhadoras.

A pandemia radicaliza a divisão sexual do trabalho para cujas mulheres são lançadas às atividades tidas como re(produtivas), exercidas sem remuneração ou com baixa remuneração, de forma precarizadas e com ínfima seguridade social. Não é mera coincidência que o primeiro óbito por covid-19 na cidade do Rio de Janeiro tenha sido de uma trabalhadora doméstica negra que contraiu o vírus de seus empregadores, ambos cumprindo quarentena domiciliar no Leblon após retornarem do exterior. Embora já trabalhasse para a família há duas décadas, tivesse 63 anos e fosse diabética, seus empregadores lhe omitiram a suspeita de coronavírus.

Ainda, durante a quarentena no Estado de São Paulo, o número de feminicídios aumentou 46,2%¹⁷. Em tempos de isolamento social, campanhas por todo o mundo indicam o aumento da violência doméstica contra as mulheres, bem como o aumento da dificuldade de acessarem os serviços de denúncia, medidas protetivas e acolhimento.

Assim, no momento em que a sobrevivência humana ameaçada lança luz sobre o quão imprescindível são os trabalhos de cuidado, colocando as mulheres no centro do enfrentamento à pandemia, demandando-nos, seja nos trabalhos remunerados, seja no cuidado não remunerado de crianças, idosos e doentes, a sobrecarga desta divisão desigual do trabalho re(produtivo), com sua consequente desvalorização e precarização, somadas ao risco constante de violência e morte por parceiros, pais e filhos nos ameaçam de aniquilamento físico e psíquico, a despeito de não estarmos à frente das estatísticas de morte direta pela covid-19.

Diante desse calamitoso quadro, a terceira frente da necropolítica, o suicídio, avança silencioso sobre as populações desigualmente assistidas, apartadas do convívio social, pauperizadas e sobrecarregadas pela luta ininterrupta da vida contra a morte. Numa situação onde o suicídio já é experimentado de modo desigual, segundo relatório do Ministério da Saúde (2017)¹⁸, com crianças e jovens indígenas e negras estando no topo do suicídio no país, psiquiatras e psicólogos vêm lançando o alerta sobre o risco do adoecimento mental e do suicídio durante e no pós-pandemia.

Embora os dados ainda não nos permitam quantificar, dois suicídios cometidos no contexto da pandemia nos chamam a atenção: o da médica que era diretora do departamento de emergência do *New York-Presbyterian Allen Hospital*, e que estava à frente do tratamento da Sars-2 e do ator Flávio Migliaccio que, aos 85 anos, suicidou-se deixando uma carta: “Me desculpem, mas não deu mais. A velhice neste país é o caos como tudo aqui. A humanidade não deu certo”¹⁹.

FAZER FRENTE À NECROPOLÍTICA PANDÊMICA

Em tempos de pandemia, o biopoder e a necropolítica lançam-se sobre faixas etárias, classes sociais, gêneros, raças e etnias com voracidade desigual: ela é seletiva. Todavia, como chama atenção Mbembe, a covid-19 nos lembra que somos todos, ao mesmo tempo, potencialmente portadores e vulneráveis à morte que dissemina. Que as abadias abastecidas podem não ser suficientes para livrar grupos seletos da extinção. A morte rubra pode adentrar seus festejos. O novo coronavírus, enquanto fenômeno social que radicaliza as contradições que o criou, lembra-nos que a humanidade pode ser erradicada do planeta, que somos dispensáveis ao ecossistema, como afirma Krenak (2020).

O neoliberalismo globalizado é o solo putrído sobre o qual política e biopolítica da morte – que atravessa o metabolismo antissocial do capital desde sua gênese – crescem descontroladamente; ervas daninhas, consumindo parasitariamente a vida em suas diversas formas, ameaçando-lhe a continuidade.

Mas fazer-lhe frente, atancando as contradições que enseja, como ressaltamos, é dimensão partícipe de seu caráter de constructo-social. Assim compartilhamos da mesma convicção de urgência, ao risco de sobrevivermos, de Ricardo Antunes: “Urge, então, reinventar um modo de vida onde a humanidade seja dotada de sentido em suas atividades mais vitais e essenciais.” (ANTUNES, 2020).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGAMBEN, Giorgio. *Reflexões sobre a peste: ensaios em tempos de pandemia*. São Paulo: Boitempo, 2020. E-book.
- ANTUNES, Ricardo. *CORONAVIRUS: O trabalho sob fogo cruzado*. São Paulo: Boitempo, 2020. E-book.
- CASCUDO, Câmara. *A história da alimentação no Brasil*. 4.ed. São Paulo: Global, 2004.
- DAVIS, Angela; KLEIN, Naomi. *Construindo movimentos: uma conversa em tempos de pandemia*. São Paulo: Boitempo, 2020. E-book.
- FEDERICE, Silvia. *Calibã e a Bruxa: Mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Elefante, 2017.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. 33. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.
- _____. *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- _____. *Naissance de la biopolitique: Cours au Collège de France (1978-1979)*. Paris: Seuil, 2004.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-grande e Senzala*. 51. ed. São Paulo: Global, 2005.
- KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. *A queda do céu*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- KRENAK, Ailton. *O amanhã não está à venda*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020. E-book.
- MARTINS, Pedro. População negra e Covid-19: desigualdades sociais e raciais ainda mais expostas. *ABRASCO*, Rio de Janeiro, 31 mar. 2020. Disponível em: <<https://www.abrasco.org.br/site/noticias/sistemas-de-saude/populacao-negra-e-covid-19-desigualdades-sociais-e-raciais-ainda-mais-expostas/46338/>>. Acesso em: 1 maio 2020.

NOTAS EXPLICATIVAS

¹ Doutora em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Pós doutoranda em Ciências Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), e

-
- pesquisadora do Núcleo de Estudos em Política, Estado e Capitalismo na América Latina – NEPEC /UFRGS. E-mail: sarafs77@yahoo.com.br
- ² Doutora pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia (IFCH/UNICAMP), professora pelo Departamento de Ciências Sociais (DSC/UFV), e pesquisadora integrante do Grupo de Pesquisa Mundo do Trabalho e suas Metamorfoses (IFCH/UNICAMP).
- ³ Não no sentido de invenção social, desenvolvido por Giorgio Agamben nos últimos meses. Ver Agamben (2020).
- ⁴ SAFATLE, Vladimir. Comentário sobre o livro póstumo de Michael Foucault resultante de um curso de 1978-1979 (Nascimento da Biopolítica). *A terra é redonda*, 2 maio 2020. Disponível em: <<https://aterraeredonda.com.br/nascimento-da-biopolitica/>>. Acesso em: 17 maio 2020.
- ⁵ Ver Marx (2013).
- ⁶ BARBOSA, Marina; HESSE, Rosana. Pacote anunciado pelo governo deve liberar R\$ 1,2 trilhão aos bancos. *Correio brasileiro*, Brasília, 2020. Disponível em: <https://www.correiobrasiliense.com.br/app/noticia/economia/2020/03/24/internas_economia,836224/pacote-anunciado-pelo-governo-deve-liberar-r-1-2-trilhao-aos-bancos.shtml>. Acesso em: 19 abr. 2020.
- ⁷ Foucault em *Vigiar e Punir* (2001) diferencia os momentos históricos cujo acento se dá no poder disciplinar daquele que lhe é posterior; o biopoder.
- ⁸ Mbembe desenvolve essa definição com mais acuidade em *A crítica da Razão Negra* (MBEMBE, 2018, p. 61).
- ⁹ Ver Nascimento (2016).
- ¹⁰ MARTINS, Pedro. População negra e Covid-19: desigualdades sociais e raciais ainda mais expostas. *ABRASCO*, Rio de Janeiro, 31 mar. 2020. Disponível em: <<https://www.abrasco.org.br/site/noticias/sistemas-de-saude/populacao-negra-e-covid-19-desigualdades-sociais-e-raciais-ainda-mais-expostas/46338/>>. Acesso em: 1 maio 2020.
- ¹¹ CORRÊA, Alessandra. Coronavírus: por que a população negra é desproporcionalmente afetada nos EUA? *BBC News Brasil*, 13 abr. 2020. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-52267566>>. Acesso em: 24 abr. 2020.
- ¹² Foucault (2001).
- ¹³ Dados *Human Rights Watch*, 2017.
- ¹⁴ Carta aberta da pastoral carcerária nacional sobre o coronavírus nas prisões. Pastoral Carcerária, 2020. Disponível em: <<https://carceraria.org.br/combate-e-prevencao-a-tortura/carta-aberta-da-pastoral-carceraria-nacional-sobre-coronavirus-nas-prisoas>>. Acesso em 24 abr. 2020.
- ¹⁵ FARIAS, Eláise. “A morte está vindo muito rápido em meu povo”, diz a professora Kokama sobre a Covid-19. *Amazônia Real*, Manaus, 2020. Disponível em: <<https://amazoniareal.com.br/a-morte-esta-vindo-muito-rapido-em-meu-povo-diz-professora-kokama-sobre-a-covid-19/>>. Acesso em: 14 maio 2020.
- ¹⁶ Boletim epidemiológico especial, COE- COVID-19. Ministério da saúde, 2020. Disponível em: <<https://portalquivos.saude.gov.br/images/pdf/2020/May/09/2020-05-06-BEE15-Boletim-do-COE.pdf>>. Acesso em: 10 maio 2020.
- ¹⁷ Dados Agência Brasil, 2020.
- ¹⁸ Perfil epidemiológico das tentativas de suicídio no Brasil e a rede de atenção à Saúde. Ministério da Saúde, 2017. Disponível em: <<https://www.saude.gov.br/images/pdf/2017/setembro/21/2017-025-Perfil-epidemiologico-das-tentativas-e-obitos-por-suicidio-no-Brasil-e-a-rede-de-atencao-a-saude.pdf>>. Acesso em: 14 maio 2020.
- ¹⁹ MENEZES, Cynara. A carta-manifesto de Flávio Migliaccio é um alerta sobre o mundo em que vivemos. *Socialista Morena*, 5 maio 2020. Disponível em: <<https://www.com.br/a-carta-manifesto-de-flavio-migliaccio-e-um-alerta-sobre-o-mundo-em-que-vivemos/>>. Acesso em: 14 maio 2020.